



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO-VISTA Nº 91/2014

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.20.000.000613/2013-21

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO

PROCURADOR OFICIANTE: MARCELLUS BARBOSA LIMA

RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

VOTO-VISTA: JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ

VOTO-VISTA

MATÉRIA: Peças de informação. Possível crime de falsificação de documento público (art. 297, CP). Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Representantes de autoescola estariam falsificando Carteiras Nacionais de Habilitação – CNHs. Inexistência de uso dos documentos falsos perante órgão federal. Documento expedido por órgão estadual de trânsito, mas, por delegação de órgão federal. Apesar de a expedição dos documentos ser atribuição de órgão federal, a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores é no sentido de que não há prejuízos diretos e específicos a bens, serviços ou interesses da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Precedentes: CC 199700571149, Felix Fischer, STJ – Terceira Seção, DJ 01/03/1999 p. 221 e CC 199000052157, Cid Flaquer Scartezini, STJ - Terceira Seção, DJ 20/08/1990 p. 7956. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF/1988.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Membro do *Parquet* Federal, à fl. 122.

Devolvam-se os autos à origem, com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 13 de agosto de 2014.

José Adonis Callou de Araújo Sá

Subprocurador-Geral da República

Titular – 2ª CCR/MPF

AC